

O INTELLECTUAL E A ATITUDE CRÍTICA EM FOUCAULT: ELEMENTOS PARA REPENSAR O PAPEL DO EDUCADOR

THE INTELLECTUAL AND CRITICAL ATTITUDE IN FOUCAULT: ELEMENTS FOR RETHINKING THE ROLE OF EDUCATOR

Jonas Rangel de Almeida¹

Resumo: O papel do intelectual ocupa lugar importante no pensamento de Foucault assumindo ao longo do seu percurso um relevo ético-político. Inicialmente Foucault entende que o aparecimento da figura do intelectual específico marca uma nova relação entre teoria e prática, tal transformação decorre de novas configurações de poder que ao modificar todo tecido social politiza o papel do intelectual a partir de sua ocupação específica, condições de vida e trabalho. Posteriormente, com a exigência de pensar uma ontologia da atualidade, Foucault passa inscrever o intelectual como elemento e ator no presente, mostrando, por meio, da analítica do poder como este atua no funcionamento do dispositivo geral de verdade em nossa sociedade. Segundo Foucault a inscrição do intelectual no regime de verdade exige uma reelaboração do seu papel, pois, o dispositivo de produção do verdadeiro procura submeter sua subjetividade fixando-o uma identidade única e imutável. Nesse sentido, para Foucault, o intelectual pode fazer uso de uma atitude crítica diante do quadro de governamentalização do Estado. A crítica não libera o intelectual do poder, mas, abre um campo de possibilidades de resistências. Para Foucault as lutas contemporâneas são batalhas pelo governo da subjetividade. A partir desse diagnóstico interpela-se senão seria o intelectual uma das figuras na qual se apoiou o sujeito da ação pedagógica e o educador nas últimas décadas. Desta maneira, fazer uso de uma atitude crítica permite o educador resistir à constituição dos estados de dominação, essa atitude diz respeito a relações de governo consigo mesmo e com os outros ligando a um só tempo o poder, a verdade e o sujeito.

Palavras-chave: Política. Intelectual. Poder. Atitude Crítica. Educação.

Abstract: The role of intellectual occupies an important place in Foucault's thought taking along your journey an ethical-political relief. Initially Foucault believes that the appearance of the specific intellectual figure marks a new relationship between theory and practice, such a transformation has come from new configurations of power to change the whole social fabric politicized the role of intellectuals from their specific occupation, living conditions and job. Later, with the requirement of an ontology think today, Foucault goes up as the intellectual element and actor in this showing through, the analytic of power as it acts on the run from the integral truth in our society. According to Foucault's description of the intellectual regime of truth requires a rethinking of its role as the output device of the true demand submit their subjectivity fixing it a unique and unchangeable identity. In this sense, for Foucault, the intellectual can make use of a critical attitude toward the box governmentalisation state. The criticism does not release the intellectual power, but opens up a field of possibilities of resistance. Foucault to contemporary struggles are battles by the government of subjectivity. From this diagnostic challenges-but it would be one of the intellectual figures in which it supported the subject of pedagogical action and the educator in recent decades. Thus, making use of a critical attitude allows the educator to resist the establishment of the states of

¹ Bolsista CAPES. Mestrado pelo PPGE na linha de história e filosofia da educação UNESP – Marília. Orientador: Pedro Ângelo Pagni. Email: jradavisao@yahoo.com.br

domination, this attitude with respect to government relations with oneself and with others at the same time linking the power, truth and the subject.

Keywords: Political. Intellectual. Power. Critical Attitude. Education.

* * *

Introdução

A função política do intelectual ocupa lugar importante no pensamento de Foucault adquirindo ao longo do seu percurso um relevo ético-político. Seu lugar e campo de atuação tornam-se ainda mais relevante quando pensamos o próprio posicionamento de Foucault frente às lutas da sua época. No testemunho de Eribon (2008) apesar do tema da subjetivação aparecer no final da vida de Foucault não há dúvida de que a “[...] resistência foi, desde o início, a um só tempo a motivação e o próprio objeto de todo o seu empreendimento intelectual.” (2008, p. 297). Nesse sentido, o objetivo desse artigo é elucidar quais são os aspectos da função do intelectual que permitem repensar o papel do educador na atualidade. Para realizar esse trabalho, adota-se como perspectiva a ontologia do presente procurando interpelar sobre “o que estamos fazendo de nós mesmos” e “o que está acontecendo na atualidade”. É desse modo que o presente trabalho objetiva investigar as relações entre o intelectual e a política mostrando quais são as correspondências que possuem para pensar o que está acontecendo com o educador nos dias atuais. Pretende-se mostrar quais seriam os efeitos que uma atitude crítica do professor acarretaria diante do atual regime de verdade que vivemos. Afinal, seria possível pensar o professor como um intelectual que resiste aos modos de subjetivação existentes; que cria novos estilos de existência e que transforma a si mesmo nessa prática.

Para realizar essa investigação tomaremos como referencial os trabalhos de Foucault publicados na década de 1970 além de alguns textos da coleção *Ditos e Escritos*, organizado por Manuel Barros da Motta. Esse período do pensamento do filósofo francês é conhecido como genealogia, principalmente, porque o autor se detém longamente em elaborar elementos de uma analítica do poder. Inicialmente, será abordado o diálogo *Os intelectuais e o poder* (2008) uma parceria de Foucault com Deleuze com vistas a mostrar o momento de emergência dessa noção de intelectual específico no pensamento de Foucault.

Logo após, revisitaremos a entrevista *Verdade e poder* (2008) onde aparece a necessidade de reelaboração da noção de intelectual e sua relação com a produção de verdade. Nessa direção passaremos pelo curso *Segurança, território e população* (2008) mostrando como as formas de poder e o regime político de verdade sustenta-se em prol de uma arte de governar os homens. E por fim, os textos *O que é a crítica?* (2000), *O que são as luzes* (2005) e o artigo *É inútil revoltar-se?* (2006) problematizando o exercício da crítica como um modo singular de se colocar nas relações de governo e manter uma relação com a atualidade. Durante esse caminho Larrosa (1995), Vilela (2010) e Veiga-Neto (2004) serão utilizados como referência para repensar o papel do educador.

Desenvolvimento

Andrei Koerner (2000) escreveu um interessante artigo sobre o intelectual e a política no pensamento de Foucault. Em sua interpretação, Foucault partiu de uma visão instrumental e específica, de aplicação regional e eficácia local, para uma visão crítica antiestratégica e geral do intelectual. O período de maior engajamento de Foucault se estende de Maio de 1968, durante toda a década de 1970 com o grupo de informação sobre as prisões e, início de 1980, momento em que filósofo passa a definir seu trabalho como *jornalismo filosófico* (VILELA, 2010). Tardiamente, Foucault referia a seu trabalho como diagnosticar através das fraturas do tempo as *novidades*. Por isso, para sermos mais precisos, enfatizaremos os textos e entrevistas produzidas por Foucault entre meados das décadas de setenta e o início de oitenta, momento histórico em que o autor passa a ter uma intensa militância política. E, emprestando essa interpretação de Koerner (2000) a um sentido mais específico, pretendemos articular a *problematização* do papel dos intelectuais pensado nos termos da ontologia do presente.

Em *Os intelectuais e o poder* (1972), Gilles Deleuze e Michel Foucault esboçam uma primeira contribuição acerca do papel intelectual, traçando uma concepção instrumental e local. A primeira constatação é a nova relação entre teoria e prática. Segundo Deleuze (2008) a teoria tradicionalmente era concebida para ser aplicada a realidade, por intermédio de uma representação sobre a realidade, o que se traduzia, ora como uma reflexão sobre a teoria, ora uma reflexão sobre a prática. Para Deleuze a teoria

deveria ser considerada parcial e fragmentária, não totalizante, ela traduz um sistema regional dessas lutas, ou melhor, uma luta contra a totalização. E, do mesmo modo que a realidade já não é transparente à teoria, a prática precisa de intelecção, existindo em ambas uma circularidade, logo inseparáveis. Nas palavras de Deleuze, “[...] só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relação de revezamento ou em rede” (FOUCAULT, 2008, p. 70). Por outra parte afirma Foucault que a teoria não se aplica em uma prática, pois, ela já é uma prática, ainda que local e regional. Para Deleuze a teoria multiplica; o poder é que opera totalizações. Mas, inútil ridicularizar a representação sem tirar uma consequência desta conversão teórica. É necessário que aqueles ao qual se refiram à luta falem por si mesmos. Na acepção Deleuze, Foucault ensinou algo fundamental, a indignidade de falar pelos outros.

Esta nova relação entre teoria e prática produz modificações importantes no estatuto do intelectual, ele não é mais considerado um sujeito universal, uma consciência representante ou representativa. E a luta das massas não se dá pela representação de um partido ou dos sindicatos que tomaria a voz por elas, mas, pela transversalidade que caracteriza a luta.

Para Foucault (2008), a politização do intelectual ocorria de duas formas. Primeiro, por sua posição marginal no sistema de produção capitalista (a exploração, a humilhação, miséria e rejeição), na ideologia que ele produz. Segundo, a partir do seu próprio discurso enquanto revelava certa verdade, descobria relações políticas em que normalmente elas não eram percebidas. Embora estas duas formas de politização não sejam estranhas entre si elas não coincidem necessariamente. Segundo Foucault, “havia o tipo do intelectual maldito e o tipo do intelectual socialista. O intelectual dizia a verdade para àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência” (FOUCAULT, 2008, p. 70). Esse papel mudou. Os intelectuais descobriram que as massas não precisavam deles para saber, eles o sabem, mas existe um sistema de poder que interdita os discursos das pessoas.

Poder este que não existe apenas nos superiores tribunais da censura, mas penetra profundamente em toda a trama da sociedade. Nesta trama o próprio intelectual está enredado sendo agente da consciência, ao mesmo tempo em que se constitui como objeto e instrumento do sistema de poder, na ordem do saber, da verdade, da consciência, do

discurso. Portanto, a tarefa seria de lutar contra todas as formas de poder em todos os seus pontos de aplicação, denunciando o intolerável, os excessos; fazendo emergir os contra-discursos daqueles que sentem e sofrem à opressão diretamente. Contra-discursos, seja o dos presos, seja o dos jovens na instituição escolar, seja o dos operários nas fábricas, seja o dos estudantes, seja o das mulheres, seja o dos homossexuais. A realidade mesma não é o que acontece na política, mas nas fábricas, nas escolas, nos presídios. Enfim, as lutas devem ser tomadas em sua localidade. Segundo Deleuze “[...] toda defesa ou ataque revolucionários parciais, se unem deste modo à luta operária”, ou melhor, contra a dominação do sistema capitalista. Segundo Foucault:

[...] se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tivera consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez o que fez designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder. Se discursos como, por exemplo, os dos detentos ou dos médicos de prisões são lutas, é porque eles confiscam, ao menos por um momento, o poder de falar da prisão, poder atualmente monopolizado pela administração e seus compadres reformadores. (FOUCAULT, 2008, p. 75-76)

Tal diagnóstico, já traz contribuições importantes quando pensamos que o educador no tempo presente também desponta como um intelectual atento às lutas dentro e fora dos domínios da instituição escolar e, se preferir na sociedade política em geral. Um educador ocupando a função de intelectual específico deve estar atento às próprias condições de vida e trabalho, não descuidando para formar com outros companheiros de categoria uma densa rede de informações que visa fazer circular pelos meios de comunicação os problemas e embates enfrentados por cada um em particular no exercício de sua função. Além disso, a nova relação entre teoria e prática que se coloca e as tornam inseparáveis torna o educador um permutador de saberes, pois, é na politização do seu saber específico, disciplina, área de atuação que a exigência de politização se impõe, pois, o professor seria responsável por fazer emergir os saberes sujeitados e desqualificados pelo regime de verdade estabelecido.

Nesse registro, o intelectual teria como função criar ferramentas para clarificar as lutas contra o poder. Anos depois na entrevista *Verdade e Poder* (1977), o filósofo francês retoma as questões sobre o intelectual, no entanto, desta vez adverte sobre o lugar que este ocupa na produção do regime de verdade na sociedade que, mesmo que este exerça um caráter específico, sua

atuação pode trazer consequências globais. A proposta de Foucault consiste em fazer uma interpretação, certa leitura do real, de tal modo que possa produzir efeitos de verdade e que tais efeitos possam ser instrumentos no seio de lutas possíveis. Trata-se de dizer a verdade para que ela seja atacável. Decifra-se a realidade para que dela surja linhas de fuga e fragilidade, pontos de resistência. Nesse sentido, intervém diretamente no que diz respeito à função política do intelectual, que não é a de dizer o que as pessoas devem fazer, ou, produzir profecias. Segundo Foucault:

[...] a ação política pertence a um tipo de intervenção totalmente diferente dessas intervenções escritas e livrescas; é um problema de grupos, de engajamento pessoal e físico. Não se é radical por se ter pronunciado algumas formulas, não, a radicalidade é física, a radicalidade concerne à existência. (2006, 279)

Segundo Foucault, são as relações verdade/poder e saber/poder a que se deve preocupar. Da constituição de regime de verdades, de uma política geral da verdade, que o intelectual deve se ocupar e, neste caso, o discurso sobre sua relação com a política também está em jogo na questão. Afinal, o que é um intelectual? Para Foucault (2008), durante muito tempo àqueles intelectuais, ditos de esquerda, tomavam a palavra e se reconheciam no direito de falar como donos da verdade e da justiça. De acordo com o autor “as pessoas o ouviam, ou ele pretendia se fazer ouvir como representante do universal. Ser intelectual era um pouco ser a consciência de todos.” (FOUCAULT, 2008, p. 8). Tal ideia transposta do marxismo, diz que:

[...] assim como o proletariado, pela necessidade de sua posição histórica, é portador do universal (mas portador imediato, não refletido, pouco consciente de si), o intelectual, pela sua escolha moral, teórica e política, quer ser portador desta universalidade, mas em sua forma consciente e elaborada. O intelectual seria a figura clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva. (FOUCAULT, 2008, p. 8)

Assim, Foucault já entende em 1972 que há anos não se pede mais ao intelectual que assuma esta posição de consciência representante. Na verdade os intelectuais se habituaram a trabalhar não mais no lugar do universal, mas em setores determinados, a partir dos lugares precisos em que se situavam, seja nas suas condições de trabalho, ou, em suas condições de vida (o hospital, o laboratório, a universidade, a instituição). Para o

filósofo francês, isso certamente deu-lhes uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas.

Para Foucault, o intelectual específico se desenvolve desde a Segunda Grande Guerra. O físico nuclear Robert Oppenheimer (1904-1967), talvez, tenha sido o primeiro a fazer uma articulação entre o intelectual universal e o específico, visto que, sua atividade e relação com a instituição e com o saber que intervinha concernia ameaça para todo o gênero humano. Trata-se de um saber específico como o da física nuclear, seu discurso podia ser ao mesmo tempo o do universal. Nesse sentido, para Foucault, essa foi a primeira vez em que um intelectual foi perseguido não em função de seu discurso geral, mas por causa do saber que detinha.

Por sua vez, o intelectual universal, modelo que predominou nos séculos XIX e início do XX, derivou do “[...] homem da justiça, do homem da lei, aquele que opõe a universalidade da justiça e a equidade de uma lei ideal ao poder, ao despotismo, ao abuso, à arrogância da riqueza.” (FOUCAULT, 2008, p. 10). Por isso, as grandes lutas que se travaram no século XVIII ocorreram em torno da lei, do direito, da constituição, do que por natureza é justo e deve e pode ser válido universalmente. Para resumir, diz o autor, o “[...] intelectual universal deriva do jurista notável e tem sua expressão mais completa no escritor, portador de significações e de valores que todos podem se reconhecer” (FOUCAULT, 2008, p. 11).

Se, para Foucault, a emergência do intelectual específico se realiza com os atomistas, isso não significava que este já vinha sendo projetado. Desde o fim do século XIX, ele estava apenas em um canto do palco, basta citar tão somente o debate dos evolucionistas e socialistas nesta época. Desse modo, para Foucault, a biologia e a física são de maneira privilegiadas zonas de desenvolvimento dessa figura que se tornará o intelectual específico. Além disso, pode-se falar também nas extensões das estruturas técnico-científicas na ordem da economia e da estratégia que lhe deram importância real. Não provém mais do escritor genial, mas do cientista absoluto, continua Foucault:

[...] não mais aquele que empunha sozinho os valores de todos, que se opõe ao soberano ou aos governantes injustos e faz ouvir seu grito até na imortalidade; é aquele que detém, com alguns outros, ao serviço do Estado ou contra ele, poderes que podem favorecer ou matar

definitivamente a vida. Não mais cantor da eternidade, mas estrategista da vida e da morte. (FOUCAULT, 2008, p. 11)

Segundo Foucault (2008) com o advento das sociedades contemporâneas que dependem de imensas estruturas tecnológicas a função do intelectual específico deveria ser reelaborada. Segundo o filósofo francês esse tipo de intelectual está exposto a inúmeros perigos. Perigo de se limitar a lutas de conjuntura e reivindicações setoriais, ou, de ser manipulado por partidos políticos e aparelhos sindicais. Risco de não encontrar apoio, de ficar restrito a grupos limitados, de não poder desenvolver essas lutas por falta de uma estratégia global e auxílio externo. Devido a isso, para o filósofo, vive-se num tempo em que a função do intelectual específico deve ser reelaborada – na atualidade, com as reflexões sobre a *sociedade do controle* (DELEUZE, 1990) a exigência é ainda maior. Isso não significa que se deve voltar ao modelo de intelectual universal, o que não seria possível, não obstante é perigoso subestimar a importância desta figura, pois as massas sabem de sua existência e nela estão implicadas. Mesmo compondo os quadros do Estado, esta figura do intelectual específico aponta para um lugar estratégico na economia política da verdade. Bastaria pensar o seu papel, lembra Foucault, nos resultados importantes alcançados pelas lutas anti-manicômias.

Pode-se dizer que a reelaboração da função dos novos intelectuais se deve a relação das lutas políticas da atualidade e os efeitos específicos dos discursos verdadeiros. Deve-se então considerar o problema dos intelectuais a partir do eixo verdade, poder e o sujeito. Para Foucault, a verdade não existe fora do poder, ela é produzida graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder, quer dizer, como dissemos anteriormente, um conjunto de regras as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder. Diz Foucault:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2008. p. 12)

Nas sociedades ocidentais a economia política da verdade tem segundo o filósofo cinco características: a) a produção da verdade está diretamente ligada à forma do discurso científico e nas instituições; b) a verdade está sob constante incitação econômica e política; c) a verdade é objeto de imensa difusão e consumo, já que, circula nos aparelhos de educação e de informação; d) é transmitida predominantemente sob o controle de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos, como, universidade, exército, escritura e meios de comunicação; e) a verdade por fim é objeto de debate político e confronto social.

Longe do portador das verdades universais, os novos intelectuais estão ligados às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades. O intelectual deve atentar a sua tripla especificidade; sua posição de classe; suas condições de vida e trabalho e sua disposição na política geral da verdade. É a partir desta perspectiva que seu combate local pode alcançar uma significação geral. Continua, o filósofo francês:

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. (FOUCAULT, 2008. p. 14)

De acordo com Foucault (2008), desde o século XIX a filosofia vem se aproximando da questão “O que acontece atualmente?”, ou, “O que somos nós, nós que talvez nada mais e nada além daquilo que acontece atualmente?”. Por isso, para Foucault a filosofia é inteiramente política, e indispensável a ela, diferente daquela definição clássica de ‘busca pela verdade’, a filosofia se insere num movimento de questionamento do presente. Em *O sujeito e o poder* (1995), o autor esclarece algumas questões sobre a análise do poder, dizendo o seguinte:

É verdade que eu me envolvi bastante com a questão do poder. Pareceu-me que, enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas. Ora, pareceu-me que a história e a teoria econômica forneciam um bom instrumento para as relações de produção e que a linguística e a semiótica ofereciam instrumentos para estudar as relações de significação; porém, para as relações de poder, não temos instrumentos de trabalho. O único recurso que temos são os modos de pensar o poder com base em modelos legais, isto é: o que legitima o

poder? Ou então, modo de pensar o poder de acordo com um modelo institucional, isto é: o que é o Estado? (FOUCAULT, 1995, 232)

Para Foucault (1995, p.237-238), o Estado moderno é o resultado da articulação entre a disciplinarização dos corpos e o governo das almas. Ele se move através processos de individualização e totalização tornando-se claro, que se trata de uma dupla articulação que se tece entre as exigências de um modo de produção capitalista do tipo industrial em desenvolvimento e as formas de apropriação do corpo, das populações, da vontade, da verdade, necessárias para compor essa nova ordem econômica e social. Entretanto, para Foucault, o Estado não deve ser tomado como horror, como absoluto e supervalorizado. O mais importante não é a estatização da sociedade, mas sim, o fenômeno que o filósofo chama de governamentalização do Estado.

Tal processo de governamentalização da sociedade implicou num novo jogo de visibilidade do poder. A partir dos cursos de 1978-1981, o autor passa abordar o poder em termos de governo. Seguindo Foucault (1995), pode-se falar então que uma relação de poder é uma ação sobre a ação, eventuais ou atuais, presentes ou futuras. E o termo conduta é um dos que melhores possibilitam entender a especificidade da noção de poder, sendo ao mesmo tempo o ato de conduzir os outros e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. Segundo Foucault, a partir do momento que definimos o exercício do poder como ação sobre as ações dos outros, quer dizer, quando a caracterizamos como governo dos homens, incluímos a análise, um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre sujeitos livres – entendendo aqui que os sujeitos individuais ou coletivos estão dentro de um campo de possibilidades móveis nas relações de poder. Não haveria, portanto, relação de poder onde as determinações estão saturadas.

Mas, o que significa governar? Para Foucault (2008), se partirmos das significações de ordem moral, “governar” referir-se à “condução de alguém”, seja no sentido espiritual de governo das almas ou no sentido de imposição de um regime para um doente. Diga-se de passagem, os possíveis campos de ação do governo revelam que não se governa um Estado ou um território, não se governa uma estrutura política. O governo se exerce sobre os indivíduos e sobre as coletividades. Governar é estruturar o campo de ação eventual dos outros. Além do mais, o modo de relação próprio ao poder não está do lado da violência,

tampouco, do lado do contrato da ligação voluntária, ele está ao lado do modo da ação singular que é o governo.

Em *A governamentalidade* (2004b) Foucault sustenta a hipótese de que o Estado moderno se assenta sob a tríade soberania-disciplina-governamentalidade. Nos decorrer do século XVI, se entra na era das condutas, na era das direções, na era dos governos, abundam indagações sobre as seguintes problemáticas: Como governar a si mesmo? Como governar as crianças? Como governar a família? Como governar o Estado? Conforme o filósofo, “como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível, etc.” (2004b, p.277-278). São perguntas que conduziram a crescentes propagações das técnicas de conduta ou das artes de governar.

No debate político dos séculos XVI e XVII, a própria filosofia política busca a especificidade do governo em relação ao exercício da soberania política. Em suma, o problema gira em torno da coisa pública presente no debate dos contratualistas. Para exemplificar esta questão, Foucault (2004b) toma as lições de *O príncipe* de Maquiavel. Nele o príncipe é caracterizado por sua singularidade, exterioridade e transcendência, este recebia seu principado, por herança, ou, conquistava a força das mãos de outrem. O que o acabava por colocá-lo sempre em uma relação de risco, de perda de seu domínio. Isso marcava uma relação de descontinuidade entre o governo do Estado e as outras formas de governar.

De acordo com Foucault (2004b), há uma separação entre soberania e artes de governar. A primeira tem como objeto um território, já, a última têm as coisas e os homens. Foucault recupera entre outros autores La Perrière que diz "governo é uma correta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente" e mostra que:

Com as tentativas de definição de governo de La Perrière, vê-se aparecer um outro tipo de finalidade. O governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar. O que implica, em primeiro lugar, uma pluralidade de fins específicos, como por exemplo, fazer com que se produza a maior riqueza possível, que se forneça às pessoas meios de subsistência suficientes, e mesmo na maior quantidade possível, que a população possa se multiplicar, etc. (2004b, p.284)

Para Foucault, isso assinala uma ruptura importante. Primeiro, porque consolida a finalidade da soberania em torno dela mesma e seus instrumentos na forma de lei. Segundo estabelece que as artes de governar tenham sua finalidade na pluralidade de fins para o qual ela se dirige visando, assim, à sua intensificação, sobre a qual é destinada, bem como, os instrumentos do governo que, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas. Entretanto, Foucault (2004b) diz que as artes de governar enfrentavam uma dupla barreira. De um lado, o quadro vasto, abstrato e rígido da soberania, como problema e como instituição e, de outro, um modelo bastante estreito, débil e inconsistente: a família. O desbloqueio da economia se dá devido à emergência da população considerada agora como um sujeito de necessidades, aspirações e objeto de governo. Aspira e necessita conscientemente, e é conduzida inconscientemente a despeito daquilo que se quer que faça com ela. Assim, a tríade está completa, pois, “nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população” (2004b, p.291).

Segundo Foucault (2008), a partir desse momento, distinguem-se três formas de reconstrução dos tipos de economias do poder. A primeira, uma sociedade da soberania nascida de uma territorialidade do tipo feudal. A segunda, os Estados administrativos constituídos por uma territorialidade fronteira nos séculos XV-XVI, a sociedade da disciplina. E por último, a um Estado de governo, que não é definido por sua territorialidade, mais pela massa de sua população, a sociedade da normalização. Utiliza-se a instrumentalização do saber (Medicina social, Psiquiatria, Sociologia, Antropologia) para fins econômicos que são controlados por dispositivos de segurança.

As formas e lugares de se governar, ou de dirigir a conduta de alguém, são múltiplos numa sociedade; superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros. Por isso diz Foucault, que viver em sociedade é de qualquer maneira, viver de modo que seja possível alguns agirem sobre a ação dos outros. Segundo o filósofo francês, uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração, apesar disso, tal fato não significa que aquelas que são dadas, são necessárias, tampouco que o poder se constitua de um modo incontornável; ao contrário, significa inserir na análise a dimensão agônica entre as relações de poder e a transitividade da liberdade.

Considerações finais

Portanto, o primeiro desafio, que se poderia fazer ao educador como intelectual, seria o de resistir à tendência das atuais engrenagens político-sociais que convertem seu ofício em mera atividade técnica em relação a modelos pedagógicos pré-fixados. E para que tal resistência se consolide na prática educacional é necessária certa abertura aos acontecimentos, as novidades, ou, as rupturas entre os saberes e práticas escolares. Desse modo, longe de uma paralisia, o pensamento de Foucault permite que o professor, o filósofo e o intelectual criem suas próprias ferramentas de análise sobre a realidade.

Prioritariamente, pode-se dizer que ao professor é outorgado o dever de se ocupar do ensino, pois a ele cabe a tarefa de dotar o aluno de certas habilidades e competências – nos termos da pedagogia neoliberal do Estado. Além disso, estando este submetido às regras e normas das instituições escolares, o professor segue condicionado pela forma de organização, ou, ordem discursiva ao qual está vinculado, nesse aspecto não é muito diferente de um padre, um militar, ou, um filósofo. Desse modo, a atividade do professor se localiza no entrecruzamento das práticas discursivas e das relações de poder. Consequentemente, é razoável pensar que a prática dos educadores possa se constituir como um elemento de resistência, desde que seja reivindicado nessa relação um espaço para a experiência da modificação de si, para o exercício de práticas de liberdade que, é promovido graças à atenção à singularidade dos acontecimentos.

Podemos nos aproximar ainda mais deste tema pensando que, com o desenvolvimento das artes de conduta, a arte pedagógica se constitui para governar a infância, do mesmo modo que os intelectuais dispunham de certa relação para governar a massa, graças a seu papel no funcionamento da política geral de verdade. Se, de um lado, a pedagogia estabeleceu uma relação de tutela do sujeito infante, do outro, os intelectuais constituíram sua relação com a massa, como uma potência que devia ser tutelada, pois mesmo sendo agente de processos de mudança social e política, ele seria pouco consciente de si, mantendo-se numa condição permanente de minoridade.

Para Foucault não se deve homogeneizar as relações de poder, mas analisar os grupos de relações que amarram um ao outro, ou uns aos outros, o poder, a verdade e o sujeito, indo em direção a um polimorfismo crescente dos elementos. Isso porque não há formas de relação de poder sem se constituírem ao mesmo tempo as resistências, a hipótese deste trabalho. Portanto, frente ao cenário paradoxal da atual conjuntura biopolítica o professor pode sustentar uma atitude crítica em relação ao presente.

Na conferência *O que é a crítica?* (2000) Foucault toma como objeto a história da atitude crítica, encarando-a como uma virtude geral. Refere-se ao jogo sempre instável entre governamentalização e crítica, gerado entre as artes de governar, que não se reduziria somente à objetivação e ao assujeitamento, mas como um contraponto, uma atitude de resistência às formas de governo, “[...] como maneira de desconfiar delas, de recusá-las, de limitá-las, de lhes encontrar uma justa medida, de transformá-las, de procurar escapar a estas artes de governar...”, mas também como atitude moral e política, uma maneira de pensar, como uma espécie de forma cultural geral, caracterizada como “[...] a arte de não ser de tal forma governado”. (FOUCAULT, 2000, p. 172). Diz o autor:

Se a governamentalização for realmente o movimento pelo qual se trata, na realidade mesma de uma prática social, de sujeitar os indivíduos pelos mecanismos do poder que invocam para si uma verdade, então, diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; a crítica será a arte da não servidão voluntária, da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o dessujeitamento no jogo que poderia ser denominado, em uma palavra, de política da verdade. (FOUCAULT, 2000, 173)

Segundo Foucault (2000, 174) a crítica como um exercício de não ser governado de tal forma, corresponde à definição de *Aufklärung* dada por Kant. Em *O que são as luzes?* (2005) o filósofo francês explora alguns pontos essenciais no texto kantiano. Interessante notar que nos últimos anos de sua vida, uma das maneiras que Foucault costumava intitular seu trabalho de intelectual era o *jornalismo filosófico*, a ideia de *notícia* como trabalho sobre as novidades históricas. Esse trabalho, como destaca Vilela (2010) liga-se intimamente ao ato empírico do sujeito da experiência, se realizando como um trabalho de diagnóstico do presente. Ele se exerce ao nos debruçarmos sobre os limites do ato de pensar.

Segundo Foucault (2005, p. 341) no desenvolvimento da crítica temos o que se poderia chamar de um esboço da *atitude de modernidade*. Frequentemente se fala da modernidade como conjunto de traços característicos de uma época, sendo assim, a modernidade se situaria em um calendário, precedida por uma arcaica pré-modernidade, seguida por uma enigmática pós-modernidade. Neste caso, Foucault (2005) propõe uma leitura diferente da modernidade, apontando-a mais como uma atitude, ou disposição, do que como um período da história:

Por atitude quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, como aquilo que os gregos chamavam de *ethos*. (2005, p.341-342).

Ser moderno não é simplesmente uma forma de relação com o presente, mas um modo de estabelecer uma relação consigo mesmo. É tomar a si mesmo como objeto de elaboração complexa e dura, como entende Foucault “[...] o homem moderno, para Baudelaire, não é aquele que parte para descobrir a si mesmo, seus segredos e sua verdade escondida: ele é aquele que busca inventar-se a si mesmo.” (2005, p. 344). Ainda que Baudelaire não conceba essa elaboração na própria sociedade ou no corpo político, ele o faz naquilo que chama de arte.

Segundo Foucault (2005), há um enraizamento na *Aufklärung* de um tipo de interrogação filosófica que problematiza simultaneamente a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo. O que significaria dizer que, “[...] não é a fidelidade aos elementos de doutrina, mas, antes, a reativação permanente de uma atitude; ou seja, um *ethos* filosófico que seria possível caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico” (2005 p. 344-345). Esse *ethos* filosófico pode ser caracterizado como uma *atitude-limite*. De acordo com o filósofo francês, é preciso escapar à lógica do fora e do dentro, e se situar nas fronteiras. Trata-se de transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma prática de ultrapassagem possível do limite. Logo, fazer a “[...] pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos” (FOUCAULT, 2005, p.348).

Para Foucault (2005, p.349-351), longe de uma busca vazia pela liberdade, esse *êthos* filosófico é uma atitude experimental de trabalho a ser realizado sobre nós mesmos, dando-nos uma prova histórico-prática dos limites que podemos transpor, portanto, trabalho sobre nós mesmos como seres livres. E mesmo sem pretensões englobantes e totalizantes, esse trabalho possui determinada sistematização, homogeneidade, generalidade estabelecendo uma aposta. Aposta em desvincular o crescimento das capacidades da intensificação das relações de poder. Homogeneiza o domínio das práticas. Sistematiza esse domínio das práticas distinguindo, as relações de domínio sobre as coisas, das relações de ação sobre os outros, e das relações consigo mesmo. Generalizam-se esses domínios para apreender em que medida que sabemos, as formas de poder que se exercem e a experiência que fazemos de nós mesmos constituem apenas figuras históricas determinadas por certa forma de problematização, que definiu objetos, regras de ação, modos de relação consigo mesmo. Nesse sentido, devemos considerar que ao tematizar a prática de si, Foucault também procura mostrar uma atitude em relação ao tempo presente, de forma que a noção de *acontecimento*, primeiro designa o caráter de uma *ontologia histórica de nós mesmos e do presente*, e, depois, se refere a uma forma de proceder na análise histórica.

A aposta foucaultiana de jornalismo filosófico caminha na seguinte direção. Num artigo chamado *É inútil revoltar-se?* (2006), a propósito do episódio da Revolução Iraniana, o filósofo francês defende o que chama de uma moral anti-estratégica, através da ponderação de dizer, não ao poder, de limitá-lo, de construir limites intransponíveis, quando o poder se mostra opressivo aos direitos. Para Foucault não é bom que um homem possua poder em excesso sobre outro homem. Essa moral, segundo ele, deve ser respeitosa quando uma singularidade se levanta, e intransigente quando o poder atinge o universal. É estar, segundo Foucault, ao mesmo tempo um pouco abaixo da história e vigiar um pouco atrás da política. Na interpretação de Koerner (2000) este seria o *ethos* do intelectual, sua dimensão crítica e reflexiva e, conseqüentemente, a valorização da experiência como um de seus elementos constitutivos. Ainda, conforme Naradowski (2004) a visão de intelectual de Foucault é frontalmente oposta à do intelectual da totalidade, àquele que fala para as massas o que devem fazer, e, portanto, rejeita esse tipo de estratégia totalizante, na qual o estrategista é aquele intelectual que questiona: o que importa tal morte, tal grito, tal rebelião, em função de uma grande necessidade de conjunto?

Referências

- ERIBON, D. Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FOUCAULT, M. (1976). Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. (1971). É inútil revoltar-se? In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Estratégia, poder-saber*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. (1972). Os intelectuais e o poder. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. São Paulo: Editor Graal, 2004c.
- _____. (1978). O que é a Crítica? In: BIROLI, F., ALVAREZ, M.C. *Michel Foucault: Historias e destino de um pensamento*. Marília, UNESP- Marília- Publicações, 2000.
- _____. (1984). O que são as luzes? In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Michel Foucault: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.
- _____. (1980). O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. (1977). Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. (1977) Verdade e poder. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Graal, 2004d.
- KOERNER, A. Foucault: O intelectual e a política. In: BIROLI, F., ALVAREZ, M.C. *Michel Foucault: Historias e destino de um pensamento*. Marília, UNESP- Marília- Publicações, 2000.
- NARADOWSKI, M. Foucault, o Aiatolá, os Intelectuais e a Política. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 29(1): 69-78, jan/jun 2004.
- VILELA, M. E. Silêncios tangíveis: Corpo, resistência e testemunho nos espaços contemporâneos de abandono. Edições Afrontamento, 2010.